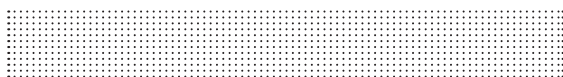


O Meu Sá Carneiro



POR MANUEL BRAGA DA CRUZ

REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DE NOVA CIDADANIA

Se há quase 30 anos José Miguel Júdice escreveu sobre o pensamento político de Sá Carneiro para explicar aos outros e a si próprio porque decidira aderir ao PSD, hoje publica *O Meu Sá Carneiro* para tornar público porque decidiu sair do PSD, apesar do que investiu nessa oportunidade de excepção que foi a ascensão de Cavaco Silva à liderança do partido e do governo.

Não se pense, apesar do título, que estamos perante uma obra memorialista, mas antes um ensaio, de uma das mais brilhantes inteligências da minha geração, e de um dos mais lúcidos analistas políticos portugueses, suportado pela inspiração académica do cientista político que nunca deixou de ser, apesar de emprestado à advocacia.

Há 30 anos, José Miguel Júdice tentou sistematizar os principais eixos da actuação política e dos propósitos de Francisco Sá Carneiro, a que com alguma impropriedade chamou “pensamento político”, pois Sá Carneiro não era, nem um pensador, nem um criador intelectual, mas um raro e intuitivo político, com invulgar capacidade de liderança e de compreensão das necessidades de transformação do seu país.

Hoje, numa notável e fina análise do que mudou e não mudou na política portuguesa, pergunta-se pelo legado de Sá Carneiro que, com manifesto pessimismo, considera desbaratado, e de improvável recuperação.

José Miguel Júdice foi advogado, admirador, apoiante e amigo de Sá Carneiro, apesar de nunca ter sido seu íntimo. Conheceu-o apenas em 1978, quando era amigo e próximo de Francisco Lucas Pires, com quem colaborava politicamente. Tanto bastou para que o fundador do PSD o admirasse como “melhor comentador político português” e o convidasse para ser candidato a deputado nas listas da AD em 1979.

No texto de 1981, José Miguel Júdice identificou as principais linhas de actuação de Sá Carneiro com a intenção de fazer sobreviver as suas ideias à sua morte, analisando em primeiro lugar o seu processo de formação. Sá Carneiro for-

jara as suas convicções pessoais e políticas nos movimentos católicos da sua juventude, onde os ideais de liberdade e a justiça social fermentavam e se completavam, na afirmação do primado da pessoa humana e do estado de direito. Talvez por isso tenha aceite como primeiro nome, para o partido que fundou, o nome de Partido Popular, designação pela qual se cunharam alguns dos primeiros partidos católicos avalizados pelos Papas. Sá Carneiro não era de facto nem um liberal oitocentista nem um discípulo de Bernstein. E quando, por razões políticas conjunturais, decidiu rebaptizar o seu partido como social-democrata, não o fez para conseguir qualquer reconhecimento internacional que não conseguira na área democrata-cristã mas, como muito bem explica José Miguel Júdice, porque “Sá Carneiro chegou à social-democracia a partir de uma base neo-liberal”, “o inverso da clássica evolução a partir do socialismo marxista”, social-democracia que entenderia como um “liberalismo avançado” e não como qualquer “passagem para o socialismo”, como uma meta e não apenas como uma via. Davava “um conteúdo social elevado à inspiração neo-liberal”.

Nesse sentido, José Miguel Júdice analisa, do ponto de vista político-ideológico o seu percurso na ala liberal do regime anterior, do qual tentou ajudar o país a sair, e durante a transição revolucionária, onde chegou a desempenhar as funções de Vice-Primeiro Ministro de Palma Carlos, por alguns dias, durante a Presidência de Spínola, presidência essa que tentou plebiscitar sem sucesso, à semelhança do que haviam feito Sidónio e Carmona, em contextos recuados e diversos.

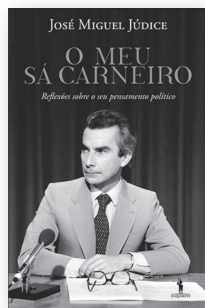
Se o marcelismo fizera dele um liberal, o processo revolucionário fizera dele um reformista. A liberdade conjugava-se com a democracia, a sociedade civil actuante com o estado forte democrático.

Analisa de seguida, ao anos da fundação do PPD, onde reúne os que desejavam liberdade política e ordem nas ruas, os reformistas moderados das classes médias, os que desejavam o progresso sem colectivização, os “sectores sociais mais dinâmicos da sociedade portuguesa”.

A esta fase da sistematização das suas ideias, outra se seguiu, de criatividade e maior maturidade, que fez dele – no opinião de José Miguel Júdice – um “fundador de sistema”, nos primórdios da transição constitucional.

De seguida passa a identificar as grandes linhas do pensamento político de Sá Carneiro, para examinar o que se passou relativamente a cada uma delas ao longo destes últimos 30 anos.

Em primeiro lugar, a ideia de uma sociedade civil livre, forte e inovadora, oposta a um estado concentracionário, que historicamente sempre se exprimira em Portugal, capaz de resistir ao poder, que fosse o motor propulsor do desenvolvimento económico-social, feita de “classe empresariais autónomas e agressivas” e de “estruturas culturais dinâmicas e independentes”. Esta “autonomia da sociedade civil era, pois, a condição essencial da existência da liberdade”, da democracia, e do pluralismo social. Mas a libertação da sociedade civil pre-



JOSÉ MIGUEL JÚDICE
O Meu Sá Carneiro
Dom Quixote, 2010



cisava de um impulso inicial a partir do estado, a quem incumbia a direcção desse processo libertador.

Em segundo lugar, a ideia de um estado forte, não confundível com o “máximo de estado enquanto administração e o mínimo de estado enquanto política”, contraposta a de estado-dinossauro, de corpo disforme e cabeça curta, nem identificável com o autoritarismo político, traduzida na exigência de apoio maioritário para qualquer governo. Só um estado forte, expressão da vontade do povo, independente de grupos de pressão, poderia ser reformador, intérprete do bem comum, árbitro de interesses conflituais, capaz de não se deixar capturar pelos partidos.

Em terceiro lugar, um reformismo voluntarista antiarcaizante, insensível a pressões retrógradas, apostado na modernização e no progresso, capaz de sustentar as tentações revolucionárias cíclicas da história portuguesa, sempre de

em cuja lógica se inscreveu a criação da AD, tese que se opunha a de fazer do PSD um partido de centro esquerda, encarregado de atrair e moderar o PS, ou à da constituição de um “bloco central”, pantanosa coligação de moderados, que provocaria movimentos centrífugos para o extremismo e, a prazo, o enfraquecimento da base de sustentação do próprio sistema político, ao tornar em adversários do sistema os adversários desse bloco, dificultando a sua integração política e aumentando o risco de radicalização. A bipolarização política favoreceria a hegemonia reformista da esquerda pelo PS e o enfraquecimento do PCP. Sá Carneiro teria contribuído largamente para a concretização desta ideia com a constituição da AD e com a tomada do poder a partir da oposição.

Sá Carneiro foi, na opinião de José Miguel Júdice, como um verdadeiro fundador da terceira república. Se não tivesse morrido teria configurado as instituições do regime, como De

Gaulle o fizera em relação à V República Francesa. Isso não impede porém que tenha sido ao mesmo tempo um homem de partido, que entendeu sim como “máquina para a conquista do poder, como instrumento de pedagogia, como integrador de exigências e apoios”, mas não como “canibal do Estado, na esteira da velha tradição republicana, que o pós-25 de Abril veio renovar”, nem como “estamento de onde saía, quase se diria em exclusivo, o pessoal dirigente da área do político em sentido amplo”, como serventuário dos apetites dos barões. Daí a sua relação polémica com o próprio partido que fundara. Esta visão instrumental dos partidos levou-o mesmo a admitir a probabilidade de se ir a deixar o próprio PSD, se o partido não apoiasse a saída



do governo depois da vitória de Ramalho Eanes em 1980.

custos elevados para o desenvolvimento do país, onde avultava a ideia da integração de Portugal na Europa. De seguida, a eliminação da tutela militar sobre a vida política portuguesa, fazendo regressar os militares aos quartéis, corporizada durante a transição no Conselho da Revolução, que importava fazer desaparecer, para uma completa civilização da democracia e da sociedade, mas que impunha uma liderança militar capaz de conduzir esse processo. Por isso recusou o II Pacto MFA-Partidos que continha a “cláusula militar implícita” de uma presidência militar, e a cláusula explícita da tutela constitucional do Conselho da Revolução. Por isso entendeu escolher um candidato militar que se opusesse a quem presidia ao mesmo Conselho da Revolução, e fosse capaz de recriar Forças Armadas coesas e disciplinadas.

Por fim, a bipolarização política como forma de organização do sistema político, onde se confrontassem dois blocos,

do governo depois da vitória de Ramalho Eanes em 1980.

O que aconteceu, segundo José Miguel Júdice, é que esta herança de Sá Carneiro foi malbaratada, este património de ideias, forjadas no combate político da construção do regime, se perdeu parcialmente depois da sua morte.

Órfão do fundador, o PSD respeitou apenas formalmente o projecto de Sá Carneiro, subordinando-se na realidade, por um lado, ao projecto centrista de Mário Soares, e tornando-se a prazo, por outro lado, num “partido de Estado e já não da sociedade, num partido de consumidores e já não de produtores, num partido de classes médias em perda de estatuto e de cidadãos passivos, em vez de um partido de classes José Miguel Júdice faz desta alteração uma leitura demasiado voluntarista, alheando-se dos factores sociais e políticos que condicionaram a evolução das sociedades e dos sistemas políticos nesses anos, sobretudo do impacto da integração europeia de



Portugal, porventura o maior factor de estatização da economia e de clientelização do estado, e da alteração da relação entre clivagens sociais e clivagens políticas, para concluir, de forma contundente, que tal mudança foi obra de “uma forte e dolorosa traição à inspiração e à mensagem de Sá Carneiro”, protagonizada por muitos, mas sobretudo pelo cavaquismo, que terá mudado a natureza do partido, convertendo-o num “partido dos que viviam do e para o estado”, deixando de ser o partido da sociedade civil, dos grupos sociais em ascensão.

O resultado da evolução dos últimos anos terá sido a criação de uma “sociedade que se quer protegida de riscos, que considera que o estado tudo lhe deve assegurar, que não valoriza nenhum dos sectores que fizeram a base sociológica da força do PSD. Os partidos centrais – nos seus laboratórios – criaram um mostro, ficando a seguir dependente dele. E os partidos, gradualmente, passaram a ser ocupados e dirigidos pelos que vivem de e para esse mesmo assistencialismo. O PS sempre foi assim, mas o PSD não era; mas foi-se tornando a partir de 1985”.

Tão duras considerações levam a perguntar se tais alterações, a terem ocorrido exactamente assim, não terão a ver também com alguma mudança ideológica do próprio PSD, por um lado, que de partido “popular” evoluiu para “social-democrata”, e por outro lado, com as consequências de uma adesão que fez dos portugueses “beneficiários passivos” e dependentes de Bruxelas.

José Miguel Júdice analisa o que considera serem os sucessivos passos do caminho por que se perdeu a herança de Sá Carneiro. A primeira machadada no projecto da AD foi o governo do Bloco Central, a estratégia da aliança preferencial com o PS, numa tentativa de “UGTização da política”. A segunda machadada foi dada pela estratégia cavaquista do PSD como partido hegemónico. E a terceira pela estratégia de Durão Barroso de chegar ao poder sem prévia, mas apenas posterior, aliança com o CDS, sem qualquer dinâmica social nem abertura à sociedade civil.

A bipolarização defendida por Sá Carneiro era mais que um sistema que viabilizasse a alternância de governo, significava “trazer para dentro do sistema político os que à direita e à esquerda estavam dele marginalizados e sem capacidade de intervenção; e isso impunha que nem o PSD nem o PS aspirassem a ser hegemónicos, e ainda menos que quisessem destruir a competição interna dentro de cada uma das duas áreas do espectro político que se confrontavam”.

Além disso – explica José Miguel Júdice – a bipolarização de Sá Carneiro era também de pensamentos e opções contrastadas. A transformação do PSD em partido hegemónico, tecnocrático, em partido sem fronteiras onde todos cabiam, pretendendo tornar irrelevante o CDS, e a ocupar o espaço moderado do PS, sem ideologia nem estratégia, transformou-o num partido de consumidores e do estado, dos que dependem mais do estado para sobreviver, de clientelas do orçamento. Esta perda de ideologia e de estratégia terá feito do PSD um clone do PS, e dos dois “expressão dos mesmos estamentos dependentes do estado”. Tudo favorecendo o alastrar de “uma cultura de facilitismo, de consumismo desenfreado, de endividamento desenfreado, aquecendo a economia, injectando oxigénio e assim criando uma sensação de sucesso que a realidade não permitia”.

“Quando o homem sério, rigoroso e torturado, imbuído de uma ética puritana, e avesso aos prazeres do mundo que é Cavaco se afastou – estou a citar José Miguel Júdice – foi o descalabro”. A chegada ao governo de António Guterres e o “desaparecimento das cautelas e prudências de Cavaco Silva”, que apesar de tudo reconhece, levou ao “desregramento absoluto e final das contas públicas e à desagregação real do estado como lugar da defesa do bem público”.

Ao fim de 30 anos, desapareceu a tutela militar da vida política, é certo, mas outros poderes fácticos condicionam o poder político. O estado, “com corpo disforme e cérebro anquilosado”, vai tornando dependente dele cada vez maior número de cidadãos, e está “parasitado de forma simbiótica por partidos, que funcionam como um oligopólio, atribuindo a si próprios subsídios que servem de barreira à entrada de novos concorrentes”. “Não há confronto ideológico nem divergência estratégica”. Assim se caminha, na opinião de José Miguel Júdice, para a “entropia negativa” e para a “morte térmica” do sistema.

Este prognóstico, porventura demasiado pessimista, em tempos da mais profunda crise atravessada pelo regime democrático, obriga a reflectir seriamente nestas páginas de José Miguel Júdice, leitura obrigatória para todos os que se preocupam com o futuro de Portugal. É difícil deixar de concordar com muitas das suas análises, sobretudo com as que levam a chamar a atenção para a progressiva atrofia e enfraquecimento da sociedade civil e para a crescente dependência de cada vez mais portugueses do estado tentacular, refém de interesses e de grupos – muito bem identificados por José Miguel Júdice – e para o aumento do poder dos partidos e concomitante afastamento dos cidadãos em geral e para o fechamento sobre si próprios, para a débil dinâmica política do sistema que torna cada vez mais difícil a sua regeneração.

O que este livro fundamental de José Miguel Júdice evidencia, muito para além da análise do legado de Sá Carneiro e da evolução do PSD, é que Portugal não está apenas doente economicamente, mas sobretudo politicamente porque, se chegou à situação em que se encontra, a braços com uma das mais graves crises, que além de financeira e económica é também social e de valores, isso se deve, e muito, a responsabilidades políticas. E é no terreno político, e na sua articulação com a sociedade, sob a orientação de valores, que deve ser encontrado novo rumo, que permita a Portugal resolver os seus problemas e dar às novas gerações um futuro com esperança. ::

A BIPOLARIZAÇÃO DEFENDIDA POR SÁ CARNEIRO ERA MAIS QUE UM SISTEMA QUE VIABILIZASSE A ALTERNÂNCIA DE GOVERNO, SIGNIFICAVA “TRAZER PARA DENTRO DO SISTEMA POLÍTICO OS QUE À DIREITA E À ESQUERDA ESTAVAM DELE MARGINALIZADOS E SEM CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO”